

Aviso

Procedimento de mobilidade na categoria ou intercarreiras para recrutamento de 4 Técnicos Superiores para a Unidade de Cultura - Divisão do Património Cultural (área da Arqueologia)

1 - Torna-se público que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., pretende recrutar dois (4) técnicos superiores, em regime de mobilidade interna na categoria ou intercarreiras, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, de acordo com os requisitos a seguir discriminados:

1.1. - Quatro técnicos superiores para a Unidade de Cultura - Divisão do Património Cultural (área da Arqueologia).

1.1.1. - Caracterização da Oferta:

Recrutamento em regime de mobilidade interna na categoria ou intercarreiras para a carreira técnica superior;

1.1.2. - N.º de postos de trabalho: 4 técnicos superiores;

1.1.3. - Requisitos de admissão:

a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

1.1.4. - Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

Exercício de funções para cumprimento de atribuições da CCDR LVT, I.P em matéria de: emissão de pareceres técnicos no âmbito de pedidos de autorização de trabalhos arqueológicos (PATA), de projetos de investigação plurianual em arqueologia (PIPA) e de relatórios de trabalhos arqueológicos previstos no RTA; acompanhamento e fiscalização de trabalhos arqueológicos autorizados; emissão de parecer, nos termos da lei, no âmbito do património arqueológico, sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções em bens culturais classificados e nas zonas de proteção dos imóveis classificados ou em vias de classificação e respetivo acompanhamento e fiscalização; apoio à elaboração de planos de pormenor de salvaguarda nos termos da lei, no âmbito do património arqueológico; apoio à instrução de processos de classificação e fixação das zonas de proteção de imóveis de interesse nacional e de interesse público.

1.1.5. - Requisitos habilitacionais:

Licenciatura, ou grau académico superior, na área da arqueologia. Não será admitida a substituição do nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional.

1.1.6. - Outros requisitos preferenciais:

Será valorada experiência profissional em área relacionada com o posto de trabalho e/ou os conhecimentos técnicos especializados relativos à referida área.

1.1.7. - Composição do Júri:

Efetivos:

Presidente de Júri: Dra. Cristina Pacheco, Diretora da Unidade de Cultura;

1.^a Vogal: Doutor António Batarda Fernandes, Chefe de Divisão do Património Cultural (DPC), que substitui a Presidente de júri nas suas faltas e impedimentos;

2.^a Vogal: Dra. Ana Azinheiro, Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos (DARH).

Suplentes:

1.º Suplente: Dra. Inês Mendes, Técnica Superior da DARH;

2.^a Suplente: Dra. Teresa Martins, Técnica Superior da DARH.

1.1.8. Remuneração base: a detida na carreira/categoria de origem, no caso de candidatos que já sejam titulares da categoria de técnico superior, ou a 1.^a posição remuneratória da carreira de técnico superior, nas situações de candidatos inseridos noutras carreiras.

2 - Local de trabalho: Santarém, Torres Novas, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Abrantes, Lisboa, Tomar, Montijo ou Setúbal.

3 - Prazo e formalização da candidatura: Os/as trabalhadores/as interessados/as deverão, até ao prazo de 10 dias úteis, estipulados na publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), formalizar a sua candidatura através de requerimento dirigido à Presidente da CCDR LVT, I.P., com a menção expressa da Identificação do posto de trabalho a que se candidatam.

4 - O requerimento de apresentação de candidatura, com indicação do código de oferta da BEP a que se candidata, deve ser obrigatoriamente acompanhado de Curriculum Vitae detalhado, atualizado, datado e assinado, fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias e de declaração emitida pelo serviço a que se encontra vinculado/a, onde conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a carreira e categoria em que se encontra e a correspondente posição remuneratória, bem como a avaliação de desempenho do biénio 2024-2025.

Deverão ser apresentados comprovativos da formação profissional realizada nos últimos 10 anos.

5 - Apresentação da candidatura: A candidatura deverá ser remetida, para o endereço de email geral@ccdr-lvt.pt. Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do CPA o/a candidato/a deve informar o seu consentimento prévio de envio das notificações decorrentes da candidatura ao recrutamento por mobilidade na categoria ou intercarreiras, através de endereço de correio eletrónico, pelo que deverá anexar à candidatura uma declaração a manifestar o seu consentimento em receber notificações dos endereços de e-mail da CCDR LVT, IP.

6 - Métodos de Seleção: A seleção dos/as candidatos/as será efetuada com base na avaliação curricular, complementada com uma entrevista de avaliação de competências. A referida avaliação curricular tem carácter eliminatório. Apenas os/as candidatos/as pré-selecionados/as na avaliação curricular, serão contactados/as para a eventual realização da entrevista de avaliação de competências.

Este aviso destina-se a ser publicado na BEP e divulgado na página eletrónica do serviço.

Lisboa, 05 de fevereiro de 2026 – A Presidente do Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P, Teresa Almeida.

